

14.07.2015 – 14h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Associação Académica de Coimbra

Elementos da Direção: Bruno Matias, José Dias, Leonardo Martins e José Pacheco.

**Recebidos por:** Deputados Rita Rato (PCP, que presidiu à reunião), Michael Seufert (CDS-PP), Rui Pedro Duarte (PS), Duarte Marques (PSD) e Maria da Conceição Pereira (PSD).

**Assunto:** Apresentação do livro "Educação - Uma Visão de Futuro: 150 propostas para reformar o Ensino Superior" e discussão das respetivas propostas.

**Exposição:** A Deputada Rita Rato (PCP), que presidia à reunião, cumprimentou os representantes da Associação Académica de Coimbra, indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes da Associação agradeceram a audiência e indicaram que o objetivo da mesma era a apresentação dum livro da sua autoria, com 184 propostas para o ensino superior, organizadas por 5 áreas, das quais iam referir algumas.

Referiram depois a reorganização da rede do ensino superior, indicando que tardava em acontecer. Fizeram referência ao facto de o Ministério da Educação e Ciência estar a redigir um regulamento de *clusters* e consórcios no ensino superior e consideraram que não devia haver competitividade entre as instituições, mas antes cooperação, tendo dado como exemplo, na zona Centro, a divisão da oferta formativa por várias áreas, realçando que Coimbra era mais conhecida pelos cursos de Direito e Medicina e que devia estabelecer-se um estímulo para fixar estudantes no interior.

Aludiram depois à reforma do financiamento, defendendo um parâmetro estrutural, de estabilidade e outro de qualidade, com avaliação. Salientaram que atualmente o financiamento era feito com base no número de alunos e não pela qualidade.

No âmbito da gestão das instituições, realçaram que o peso da representação dos estudantes no Conselho Geral era diminuto.

No que respeita à ação social escolar, referiram a revisão do Regulamento das Bolsas e pediram a uniformização dos parâmetros da ação social direta e indireta (bolsas, preço de cantinas, etc) pelo salário mínimo.

A propósito da qualidade e avaliação das instituições de ensino superior, defenderam maior uniformização dos planos curriculares dos cursos (embora respeitando a autonomia das instituições) e de créditos académicos/ECTS, para facilitar a mobilidade dos estudantes entre

universidades. Defenderam ainda a avaliação do ensino, obviando a notas díspares, tendo aludido a um sistema já utilizado em 4 países.

Interveio de seguida o Deputado Michael Seufert (CDS-PP), referindo a evolução da atualidade favorável em termos de ação social e a melhoria da transparência dos indicadores, da empregabilidade e outros, para ser disponibilizada melhor informação aos alunos.

Realçou que o ensino superior vivia da autonomia das instituições, manifestando aceitação em relação à pluralidade dos currículos dos cursos das várias instituições, considerou que a reformulação da rede pública das instituições devia partir das instituições e não do Governo e referiu ainda o regulamento em preparação sobre *clusters*. Por último, referiu que transmitiria o contributo da Associação Académica, para ponderação no âmbito do Programa do Governo.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) agradeceu o contributo e as propostas. Realçou depois a importância da reforma da rede das instituições de ensino superior, referiu que o Governo nunca tinha apresentado uma proposta concreta, aludiu à elaboração do regulamento dos *clusters* e enfatizou a importância dos recursos humanos.

Informou ainda que o PS pedia um orçamento plurianual, para haver confiança e previsibilidade das instituições. Defendeu que as universidades e os institutos politécnicos deviam encontrar-se mais, que na ação social ainda havia coisas para resolver e informou que o PS tinha proposto a uniformização de taxas e regulamentos e a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

O Deputado Duarte Marques (PSD) indicou que a reforma da rede do ensino superior era considerada na atualidade uma prioridade, a questão era que cursos fechariam em cada instituição, tendo perguntado o que achavam disso em relação a Coimbra.

Referiu depois que era reconhecida a autonomia das instituições, mas que deviam ser elas a equacionarem a reestruturação da rede. Realçou a evolução verificada na ação social escolar, no Regulamento das Bolsas e na forma de gestão da sua atribuição, referindo que se esperava para o próximo ano um regime ainda melhor.

A Deputada Rita Rato (em representação do PCP) saudou o documento da Associação Académica com as 184 medidas. Referiu depois que o PCP já tinha apresentado o seu programa eleitoral em 7 de julho, apostando na educação e no aumento das qualificações.

De seguida, realçou a diminuição do financiamento e do número de alunos e informou que tinham apresentado propostas a nível de acesso ao ensino superior, bem como em relação à reposição da paridade dos representantes das várias áreas no Conselho Geral. Defendeu depois um financiamento de funcionamento e um de investimento, a melhoria do regime de bolsas e que se obviasse à desvalorização do ensino superior politécnico.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da Associação Académica defenderam que não deviam ser as instituições de ensino superior a darem o “pontapé de saída” para a reorganização da rede e indicaram que no caso da fusão da Universidade de Lisboa, tinha passado a haver apenas uma reitoria, mas tudo o resto tinha ficado igual.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

Reiteraram depois que havia cursos universitários e politécnicos com currículos idênticos. Em relação à ação social, argumentaram que tinha havido avanços positivos, mas ainda se registavam vários problemas e defenderam que devia atender-se ao rendimento líquido e não ao bruto. Salientaram ainda a possibilidade de o aluno se candidatar à bolsa ao longo do ano.

Manifestaram depois concordância com a cooperação entre as instituições, no caso da área de Coimbra e com a melhor distribuição da oferta formativa. Por último, realçaram que o livro tinha propostas, mas não cor partidária e que seria importante a disponibilidade dos Grupos Parlamentares para a sua discussão.

A **documentação remetida** e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2015

A assessora  
*Teresa Fernandes*